

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL RS

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Srs. Conselheiros e Diretores da

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL RS

Santa Maria - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Instituição Comunitária de Crédito Central RS** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Instituição Comunitária de Crédito Central RS** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não

ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.*

- *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de março de 2021.

Suzana Tomazoni
Pereira
CPF:738.940.870-72

Assinado de forma digital
por Suzana Tomazoni
Pereira CPF:738.940.870-72
Dados: 2021.03.31 12:39:04
-03'00'

Suzana Tomazoni Pereira
Contadora Responsável
CRCRS Nº 63.273

RAMIRES & CIA – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS Nº 4.168

2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO SUPRÁVIT E DÉFICIT DO EXERCÍCIO

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2.5 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICC – RS

CNPJ Nº 04.980.817/0001-24

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Valores expressos em R\$	
	EM 31/12/2020	EM 31/12/2019
Circulante	12.704.649,08	8.282.104,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.012.720,20	148.104,52
Caixa e Bancos	940.842,60	75.678,52
Aplicações de Liquidez Imediata	1.071.877,60	72.426,00
Créditos de Curto Prazo	10.691.839,71	7.976.891,30
Operações de Crédito	15.081.729,24	10.404.407,66
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	-562.074,18	-455.750,39
(-) Rendas a Apropriar	-3.839.585,05	-1.992.420,03
Créditos de Funcionários	6.882,10	12.614,06
Outros Direitos Realizáveis	4.887,60	8.040,00
Créditos de Tributos a Recuperar	0,00	157.020,58
Impostos a Recuperar	0,00	157.020,58
Despesas Antecipadas	89,17	87,70
Seguros Vigentes	89,17	87,70
Não Circulante	3.243.773,71	932.841,50
Realizável a Longo Prazo	3.164.864,68	870.740,76
Operações de Crédito	4.086.789,63	1.101.079,99
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	-136.241,72	-59.674,54
(-) Rendas a Apropriar	-786.436,13	-171.417,59
Bens Recebidos em Comodato	752,90	752,90
Imobilizado	78.909,03	62.100,74
Imobilizado em Uso	152.763,80	126.532,35
(-) Depreciações Acumuladas	-73.854,77	-64.431,61
Intangível	0,00	0,00
Marcas e Patentes	16.844,10	16.844,10
(-) Amortizações Acumuladas	-16.844,10	-16.844,10
TOTAL DO ATIVO	15.948.422,79	9.214.945,60

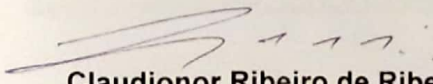


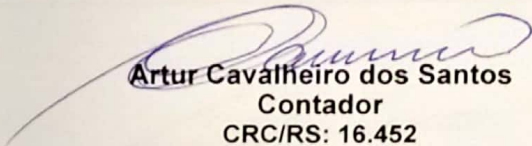
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCC – RS

CNPJ Nº 04.980.817/0001-24

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO	Valores expressos em R\$	
	EM 31/12/2020	EM 31/12/2019
Circulante	1.263.573,42	2.156.277,68
Fornecedores	11.648,00	938,50
Empréstimos e Financiamentos - Bancários	0,00	76.889,42
Empréstimos e Financiamentos - Contratos de Mútuo	1.008.388,02	1.893.091,99
Salários a Pagar	0,00	0,00
Provisões Trabalhistas	166.229,34	130.348,30
Obrigações Tributárias	32.599,20	16.865,44
Encargos Sociais	44.708,86	38.144,03
Não Circulante	9.478.809,26	3.023.121,04
Mercadorias em Comodato	752,90	752,90
Empréstimos e Financiamentos - Bancários	9.478.056,36	3.022.368,14
Patrimônio Social	5.206.040,11	4.035.546,88
Fundo Patrimonial	5.206.040,11	4.035.546,88
TOTAL DO PASSIVO	15.948.422,79	9.214.945,60


Claudionor Ribeiro de Ribeiro
Presidente
CPF: 260.911.430-34


Artur Cavalheiro dos Santos
Contador
CRC/RS: 16.452

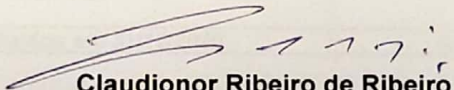


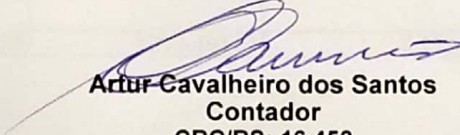
INSTITUIÇÃO COMUNITARIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICC – RS

CNPJ Nº 04.980.817/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DO EXERCÍCIO

	Valores expressos em R\$	
	EM 31/12/2020	EM 31/12/2019
Receita Bruta	5.982.819,13	4.225.698,12
Receitas Operações Crédito	5.532.682,81	4.014.616,18
Receitas de Recuperação de Créditos	55.684,75	51.622,16
Reversão Créditos de Liquidação Duvidosa	246.697,59	44.017,81
Receitas Financeiras	21.289,94	21.271,69
Outras Receitas Operacionais	126.464,04	94.170,28
Dedução da Receita Bruta	0,00	0,00
Receita Líquida	5.982.819,13	4.225.698,12
Lucro Bruto	5.982.819,13	4.225.698,12
Despesas Operacionais	-4.654.687,60	-3.371.933,63
Despesas de Captação de Recursos	-1.142.830,77	-668.208,34
Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-429.588,56	-380.890,40
Despesas com Perdas de Operações de Crédito	-277.660,27	-96.566,21
Despesas Gerais e Administrativas	-2.803.575,93	-2.226.236,16
Despesas Financeiras	-1.032,07	-32,52
Resultado Operacional	1.328.131,53	853.764,49
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.328.131,53	853.764,49


Claudionor Ribeiro de Ribeiro
Presidente
CPF: 261.495.597-34


Artur Cavalheiro dos Santos
Contador
CRC/RS: 16.452



INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICC – RS

CNPJ Nº 04.980.817/0001-24

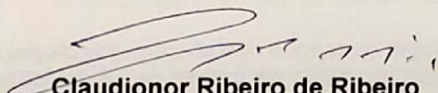
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

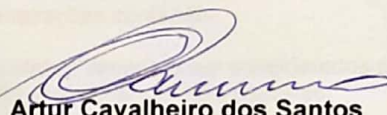
Valores expressos em R\$

Mutações/Contas	Fundo Patrimonial	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2018	3.182.231,97	0,00	3.182.231,97
Superávit do Exercício de 2019		853.764,49	853.764,49
Ajustes de Exercícios Anteriores		-449,58	-449,58
Absorção Superávit em Fundo Patrimonial	853.314,91	-853.314,91	0,00
Saldos em 31/12/2019	4.035.546,88	0,00	4.035.546,88

Valores expressos em R\$

Mutações/Contas	Fundo Patrimonial	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2019	4.035.546,88	0,00	4.035.546,88
Superávit do Exercício de 2020		1.328.131,53	1.328.131,53
Ajustes de Exercícios Anteriores		-157.638,30	-157.638,30
Absorção Superávit em Fundo Patrimonial	1.170.493,23	-1.170.493,23	0,00
Saldos em 31/12/2020	4.035.546,88	1.170.493,23	5.206.040,11


Claudionor Ribeiro de Ribeiro
Presidente
CPF: 261.495.597-34


Artur Cavalheiro dos Santos
Contador
CRC/RS: 16.452

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

SANTA MARIA, 31/12/2020

À

IMPACTO CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTARIO LTDA
CRC n.º 16452
Endereço: Rua ANDRE MARQUES , nº 653, CENTRO, CEP nº 97010-041
SANTA MARIA, RS

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa INSTITUICAO COMUNITARIA DE CREDITO CENTRAL, CNPJ 04.980.817/0001-24, que as informações relativas ao período base 31/12/2020, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

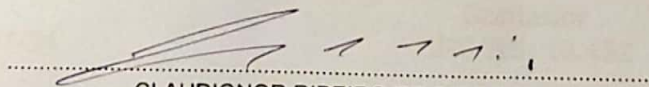
- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2020;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado , são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,


CLAUDIONOR RIBEIRO DE RIBEIRO
CPF: 261.495.597-34

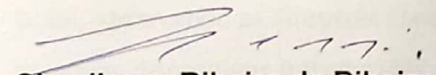


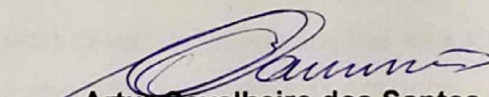
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCC – RS

CNPJ Nº 04.980.817/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

	Valores expressos em R\$		
	EM 31/12/2020	EM 31/12/2019	EM 31/12/2018
Superávit Líquido Ajustado	997.025,42	1.197.212,76	762.108,59
Superávit do Exercício	1.328.131,53	853.764,49	754.542,88
Ajuste ao Superávit/Déficit Líquido:			
Depreciações	9.423,16	7.025,26	4.950,12
(Constituição/Reversão PCLD)	-182.890,97	336.872,59	2.615,59
Outros Ajustes	-157.638,30	-449,58	0,00
Variação de Ativos e Obrigações	-4.600.273,12	-2.551.494,60	-2.462.858,66
Redução (Aumento) em Contas a Receber	-4.835.065,72	-2.814.908,15	-2.508.600,20
Redução (Aumento) em Comissões a Receber	0,00	229.327,57	2.089,53
Redução (Aumento) em Outros Ativos	8.882,89	-3.802,54	9.639,43
Redução (Aumento) em Créditos Tributários	157.020,58	-6.870,39	-11.858,11
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhist.	35.881,04	43.453,05	19.436,17
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	22.298,59	17.345,00	9.456,88
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	10.709,50	-16.039,14	16.977,64
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido	-3.603.247,70	-1.354.281,84	-1.700.750,07
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido	-26.231,45	-18.857,96	-32.568,07
Operações com Imobilizado de Uso	-26.231,45	-18.857,96	-32.568,07
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido	5.494.094,83	628.130,24	2.557.820,47
Variação em Empréstimos Tomados	5.494.094,83	628.130,24	2.557.820,47
REDUÇÃO LÍQUIDA EM DISPONIBILIDADES	1.864.615,68	-745.009,56	824.502,33
Disponibilidades no Início do Período	148.104,52	893.114,08	68.611,75
Disponibilidades no Final do Período	2.012.720,20	148.104,52	893.114,08


Claudionor Ribeiro de Ribeiro
Presidente
CPF: 261.495.597-34


Artur Cavalheiro dos Santos
Contador
CRC/RS: 16.452



INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO CENTRAL – RS – ICCR – RS

CNPJ: 04.980.817/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CREDITO CENTRAL - RS - ICCR-RS, em operação desde 05/04/2002, é uma associação privada, sem fim econômico, com autonomia administrativa e financeira, instituída sobre a forma de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal 9.790/99, que tem por objetivo social a promoção do desenvolvimento social e o combate à pobreza, proporcionando aos micro e pequenos empreendedores, formais ou informais, condições de acesso ao crédito.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei. Nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638/2007, Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicáveis.

Estas Notas Explicativas reportam-se as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão preparadas em Reais, moeda oficial do país.

A Instituição observa o regime de competência para registro de suas transações, em cumprimento com as Normas Brasileiras de Contabilidade, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:



NOTA 3.1 – Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão representados por valores disponíveis e aplicações financeiras com prazos para resgate inferiores a 90 dias.

NOTA 3.2 - Aplicações Financeiras

São avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado através de provisões.

NOTA 3.3 – Operações de Crédito

São operações de crédito para capital de giro e fixo (investimentos) destinados às atividades produtivas de pequenos empreendedores. Compõem o saldo desta conta o capital emprestado mais os juros remuneratórios sobre este capital, ou seja, o valor da carteira vigente. Os critérios de lançamento das operações de crédito permanecem iguais ao ano anterior, sendo registradas e controladas conforme a origem dos recursos, ficando assim demonstrados:

Descrição	Valor Fundo (R\$)
Fundo Próprio	R\$ 3.637.558,66
Fundo Caixa Econômica Federal	R\$ 32.598,21
Fundo BNDES	R\$ 14.812.346,57
Fundo de Renegociados	R\$ 686.015,43
Total	R\$ 19.168.518,87

NOTA 3.4 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Com o intuito de padronização entre as instituições de microcrédito e visando adequar-se à Resolução 2682/99 do BACEN, que classifica as operações de crédito em ordem crescente de risco, a fim de atender o disposto na referida Resolução, por estar a Carteira Ativa da Instituição constituída da seguinte forma:

Data-base: 31/12/2020 Previsão: Não

Critério de Classificação: Banco Central

Última Atualização: 31/12/2020

Valores: Carteira Atual

Saldo: Contábil

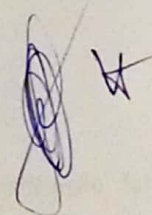
Classificação de Risco	\$ CP	\$ LP	Total R\$	Provisão %	\$ CP	\$ LP	Total R\$
AA - em dia	7.983.722,58	2.613.802,52	10.597.525,10	0,50	39.918,61	13.069,01	52.987,63
A - 01 a 14 dias	618.645,58	153.063,97	771.709,55	0,50	3.093,23	765,32	3.858,55
B - 15 a 30 dias	1.076.501,15	221.458,17	1.297.959,32	1,00	10.765,01	2.214,58	12.979,59
C - 31 a 60 dias	606.391,10	149.168,16	755.559,26	3,00	18.191,73	4.475,04	22.666,78
D - 61 a 90 dias	223.201,08	31.780,41	254.981,49	10,00	22.320,11	3.178,04	25.498,15
E - 91 a 120 dias	160.323,85	22.473,51	182.797,36	30,00	48.097,16	6.742,05	54.839,21
F - 121 a 150 dias	187.346,51	34.989,88	222.336,39	50,00	93.673,25	17.494,94	111.168,20
G - 151 a 180 dias	110.498,16	40.539,84	151.038,00	70,00	77.348,71	28.377,89	105.726,60
H - maior 180 dias	248.666,36	59.924,84	308.591,20	100,00	248.666,36	59.924,84	308.591,20
Não Classificado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	11.215.296,37	3.327.201,30	14.542.497,67		562.074,18	136.241,72	698.315,90

Seguindo o padrão estabelecido nas operações de crédito, a PCLD também foi reagrupada contabilmente de forma a consolidar seus valores por fundo de crédito. Conforme segue demonstrado:

Descrição	PCLD por Fundo (R\$)
Fundo Próprio	R\$ 106.857,64
Fundo Caixa Econômica Federal	R\$ 353,14
Fundo BNDES	R\$ 289.202,99
Fundo de Renegociados	R\$ 301.902,13
Total	R\$ 698.315,90

NOTA 3.5 – Rendas a Apropriar

Referem-se aos juros remuneratórios sobre o capital emprestado, embutidos nas prestações a receber dos clientes. Contabilmente foram abertos os valores conforme os fundos que originam os créditos. O critério adotado pela Instituição é de registro financeiro e contábil das receitas de operações de crédito conforme a sua realização. Os valores a serem computados em períodos futuros estão demonstrados na tabela abaixo:



Descrição	Rendas por Fundo (R\$)
Fundo Próprio	R\$ 824.170,99
Fundo Caixa Econômica Federal	R\$ 5.101,69
Fundo Itaú	R\$ 0,01
Fundo BNDES	R\$ 3.580.485,03
Fundo de Renegociados	R\$ 216.263,46
Total	R\$ 4.626.021,18

NOTA 3.6 – Tributos a Recuperar

Após deliberação da Entidade juntamente com o corpo jurídico, decidiu-se pela baixa total dos valores de tributos a recuperar oriundos de retenções incidentes sobre as comissões recebidas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) em períodos passados. Não se chegou a um acordo com o Banrisul para que o mesmo restituísse tais valores. Desta forma, a contabilidade procedeu a baixa como perda, registrando a mesma na conta Ajuste de Exercícios Anteriores, conforme discriminado na DMPL.

NOTA 3.7 – Ativo Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, sem correção monetária e deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme disposto abaixo:

Conta Patrimonial	Saldos da Conta Patrimonial				Saldos da Depreciação				Saldo Final
	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual	
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	33.121,06	9.088,06	2.492,11	39.717,01	12.108,77	2.851,04	222,19	14.737,62	24.979,39
INSTALAÇÕES	4.838,51	0,00	0,00	4.838,51	4.838,51	0,00	0,00	4.838,51	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	34.556,51	2.138,50	0,00	36.695,01	20.794,48	2.582,21	0,00	23.376,69	13.318,32
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	32.279,82	10.497,00	0,00	42.776,82	25.666,41	3.159,72	0,00	28.826,13	13.950,69
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	21.736,45	7.000,00	0,00	28.736,45	1.023,44	1.052,38	0,00	2.075,82	26.660,63
Total	126.532,35	28.723,56	2.492,11	152.763,80	64.431,61	9.645,35	222,19	73.854,77	78.909,03

NOTA 3.8 – Ativo Intangível

Os gastos apropriados na aquisição do software operacional utilizado pela Instituição foram totalmente amortizados pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada do mesmo.



NOTA 3.09 - Provisões Trabalhistas e Previdenciárias

Referem-se a provisão de férias e foi constituída para cobertura de férias vencidas e proporcionais, inclusive adicional de 1/3, acrescidas dos encargos sociais correspondentes, apropriadas até a data do Balanço

NOTA 3.10 – Empréstimos Bancários a Pagar

São compostos, substancialmente, por recursos captados em outras instituições financeiras, repassados e, sujeitos a correção de encargos como segue:

Instituição	Especificação (Tipo)	Valor Tomado (R\$)	Saldo (R\$)
Banco BNDES	Capital de Giro	6.200.000,00	6.347.740,11
Banco BNDES	Capital de Giro	3.000.000,00	3.130.316,25
Total			9.478.056,36

NOTA 3.11 - Contingências

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a Instituição divulga abaixo os processos no qual figura como autora e, conforme avaliação do setor jurídico:

Possibilidade de Êxito	Valor da Ação (R\$)	
Provável Ganho	R\$	152.283,76
Possível Ganho	R\$	176.970,14
Probabilidade Remota	R\$	134.443,06
Total	R\$	463.696,96

NOTA 3.12 – Empréstimos de Mútuo a Pagar

Trata-se de recursos financeiros tomados emprestados junto a terceiros, abaixo relacionados, sendo estes empregados na concessão de empréstimos a micro e pequenos empreendedores. Estão



demonstrados pelos valores originais acrescidos dos encargos contratados. O montante está discriminado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.008.388,02.

NOTA 3.13 – Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Fundo Patrimonial, acrescido dos superávits ou reduzido dos déficits apurados nos exercícios anteriores, conforme exposto na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

NOTA 3.14 – Cobertura de Seguros

A Instituição mantém contrato de seguro predial conforme apólice n.º 517720196R180009052 da seguradora Allianz Seguros S.A, com vigência de 03/2020 a 03/2021.

NOTA 3.15 – Remuneração da Diretoria Executiva

Em conformidade com os requisitos necessários à imunidade e isenções tributárias previstos no Decreto 3000/1999 e na Lei 12.101/2009, a Instituição não distribui lucros, dividendos ou bonificações a membros dos órgãos da administração e conselhos, conforme previsão expressa no estatuto da entidade.



NOTA 3.16 – Eventos Subsequentes

Entre a data de encerramento das Demonstrações Contábeis e a data de sua autorização para emissão não ocorreram eventos relevantes que mereçam divulgação nestas notas explicativas.

Santa Maria, 31 de dezembro de 2020.

Claudionor Ribeiro de Ribeiro

Presidente

CPF: 261.495.597-34

Artur Cavalheiro dos Santos

Contador

CRC/RS: 16.452